



# **RELATÓRIO E CONTAS 2013**

## ÍNDICE

<b>A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO</b>	<b>3</b>
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
<b>B. RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>4</b>
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	6
4. Ação Social	7
5. Atividade cultural	8
6. Serviços	9
7. Património	9
8. Finanças	10
9. Principais indicadores	14
10. Agradecimentos	14
11. Aplicação de resultados	14
12. Propostas	15
<b>C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>16</b>
1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2013	17
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2013	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa	19
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	20
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2013	21
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2013	22
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2013	23
<b>D. ANEXO</b>	<b>24</b>
<b>E. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>38</b>
1. Certificação Legal de contas	39
<b>F. PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>42</b>
2. Parecer	43



## A.

## RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

## 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

**Mesa da Assembleia Geral**

*Presidente:* José Luiz Jacinto Fernandes (associado n.º 217)

*1.º Secretário:* Francisca Maria Beato Leal (433)

*2.º Secretário:* Eunice Maria N. Lourenço (1499)

**Suplentes:**

Orlando César Antunes Gonçalves (199),

Jorge Alberto Monteiro de A. Vilas (751) e

José Carlos Ribeiro Martins Fialho de Oliveira (1739).

**Conselho de Administração**

*Presidente:* José Eduardo Goulart Machado (181)

*Vice-presidente:* Lurdes Jesus Fernandes Ferreira (339)

*Vogal:* Carlos Manuel Leão Marques Lobato (477)

*Vogal:* Sandro Domingos Fernandes Arruda (800)

*Vogal:* Maria Margarida Morgado Santos Gomes (1630)

**Suplentes:**

José António Neves Veloso Domingues (1133),

Ana Paula Neves Ferreira (1746),

José António da Câmara Pimenta de França (1541) e

Joana Rute Ribeiro Pinto Coelho (5049)

**Conselho Fiscal**

*Presidente:* Nuno José Neves Afonso Ribeiro (248)

*Secretário:* Helder Eduardo Abreu Carvalho Martins (515)

*Relator:* Inês Almada Cardoso Rapazote F. Teixeira (1025)

**Suplentes:**

Luís Manuel Aguiar Reis Pinto (1351) e

José Alberto da Silva Magalhães (736)

**Conselho Geral****Membros eleitos:**

Paulo Manuel Fernandes da Silva (857),

António Joaquim dos Santos (56),

João Joaquim Gomes (25),

Armando Pereira da Silva (49),

Joaquim José da Conceição Letria (685),

António Ribeiro Cristóvão (270),

José Taveira Leite Pereira (211),

Armando Marques de Carvalho (119),

Maria Noélia Serra Oliveira Dias (358),

Jaime Marques de Almeida (940),

Maria Luísa Manteigas Ribeiro (133) e

Otília Conceição Leitão Carvalho (278).

## 2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista (Casa da Imprensa), tem a sua origem na Associação de Classe dos

Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, Casa da Imprensa, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2011.

## 3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 17 de novembro de 2011, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 40º, à inscrição n.º 16/81, a fls. 14 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios aprovado em Assembleia Geral de 17 de novembro de 2011, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 41 à inscrição n.º 16/81, a fls. 14 verso e 33 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

## B.

### RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submeter à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2013.

Além do balanço global do ano, que destaca as prioridades do trabalho desenvolvido e perspetiva a orientação da ação futura (capítulo 1, nesta página), o Relatório apresenta, de modo resumido, fático e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, mais caracterizou a associação e a atividade desenvolvida ao longo do

ano (capítulos 2 a 8, pág. 5 e seguintes).

Por imposição legal, e tal como aconteceu já no relatório relativo a 2012, as demonstrações financeiras (Seção C, pág. 16 e seguintes) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), garantindo-se assim a comparabilidade, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício anterior.

No Anexo ao Relatório de Gestão (Seção D, pág. 24 e seguintes) são explicitados os conceitos da política contabilística.

#### 1. PERSPETIVA

2013 foi o primeiro ano completo de vigência dos novos Estatutos e Regulamento de Benefícios e os resultados evidenciados neste relatório confirmam que a aposta que foi feita é sustentável.

As contas da Casa da Imprensa mantêm-se equilibradas, o que é verdade no resultado líquido global apurado mas é igualmente verdade para cada uma das modalidades mutualistas.

Conforme se pode ver neste relatório, muito do trabalho desenvolvido ao longo do ano foi dedicado a preparar os próximos passos neste caminho.

É o caso da preparação de novas alterações aos Estatutos e Regulamento de Benefícios, cujos aspetos fundamentais foram apresentados ao Conselho Geral e serão submetidos à Assembleia Geral no primeiro semestre de 2014. Além do aumento da cobertura de hospitalização, será proposta a redução do preço das consultas de especialidade, entre outras vantagens.

É o caso também da preparação das obras na sede, já em curso no momento da apresentação deste relatório, des-

tinadas a aumentar a segurança e o conforto das instalações e, principalmente, a adequá-las aos requisitos legais e a prepará-las para a abertura do posto clínico a novos utentes, indispensável para manter os serviços de saúde da associação.

Merece também particular destaque a ação judicial movida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social contra a nossa associação (pág. 13 deste relatório). O IGFSS, alegando a ilegalidade de atos praticados por si próprio, pretende a devolução de parte dos pagamentos que fez por conta duma dívida que ainda não liquidou integralmente à Casa da Imprensa.

A demanda judicial do IGFSS marca uma inversão relativamente à posição que manteve ao longo dos últimos 16 anos, durante os quais sempre reconheceu a Casa da Imprensa como credora e não como devedora.

A Casa da Imprensa contestou a ação e pediu ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa que condene o IGFSS a pagar os cerca de 700 mil euros que ainda deve à nossa associação, aguardando serenamente que seja feita justiça.

## 2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2013 a Casa da Imprensa tinha 1889 associados, mais cinco que no final do ano anterior.

Ao longo do ano foram admitidos 71 novos candidatos, mas dez associados faleceram e 33 anularam a inscrição. Outros 29 associados foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas.

Do total de inscritos, 1088 eram associados efetivos (jornalistas, no ativo ou na reforma) e 801 associados parti-

cipantes, dos quais oito eram pensionistas do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Dos 801 associados participantes, 689 eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam 94 por cento do total de associados.

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas e a distribuição da massa associativa por categoria de associado e relação de parentesco:

**MOVIMENTO DE ASSOCIADOS**

Categorias de associados	31-12-2012	Movimento entre as datas					31-12-2013
		Admissões	Falecimentos	Eliminações	Desistências	Readmissões / Mudança de categoria	
Associados Efectivos	1103	25	9	17	16	2	1088
Famil. Assoc. Efectivos:							
- Cônjuges	259	12		3	6	1	263
- Cônjuges Sobrevivos	34	1				1	36
- Ascendentes	4						4
- Filhos	403	21		9	5	-24	386
Associados Participantes	62	8			3	25	92
Famil. Assoc. Particip.:							
- Cônjuges	4	1			1		4
- Filhos	7	3			2	1	9
Associados Pens. FASC	8		1				7
<b>Total Associados</b>	<b>1884</b>	<b>71</b>	<b>10</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>6</b>	<b>1889</b>

Os homens estão em maioria entre os inscritos, com 973 associados (51,5%), contra 916 mulheres (48,5%).

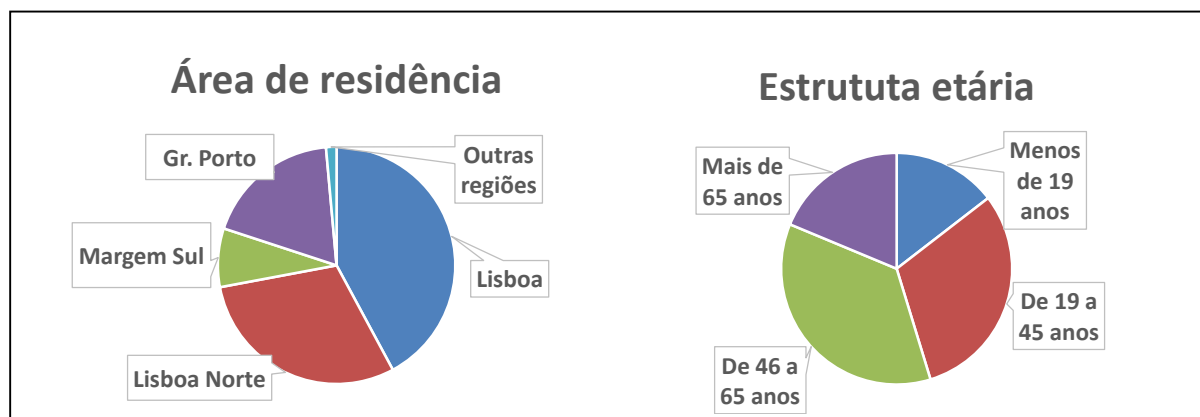
Mais de dois terços do total de inscritos (1260 associados, 66,7% do total de associados) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos.

O número de crianças e jovens (até aos 18 anos) e o de *seniores*, com mais de 65 anos, quase se equivaliam com 15 por cento e 19 por cento do total, respetivamente.

Oitenta por cento dos associados da Casa da Imprensa residem na área metropolitana de Lisboa.

No concelho de Lisboa moram 796 associados (42% do total), nos concelhos de Cascais, Sintra e Loures, 536 (28,4%) e na Margem Sul, 151 (8,0%). Na região do Grande Porto residem 350 associados (18,5% do total).

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por área de residência e escalão etário.



### Subscritores das modalidades mutualistas

Em dezembro de 2013 todos os associados subscreviam as modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e 1885 a de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

No último dia do ano a modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 947 subscritores (mais 6,5% que os 889

de dezembro de 2012).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 640 subscritores ativos (menos 3).

O quadro seguinte apresenta o número de subscritores ativos por modalidade.

## SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	31-12-2013	31-12-2012	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	1.889	1.884	5	0,3%
Cuidados de Saúde Primários	1.885	1.884	1	0,1%
Internamento Hospitalar	947	889	58	6,5%
Capitais por Morte	640	643	-3	-0,5%

### Associados falecidos

Durante o ano faleceram dez associados, a cuja memória a Casa da Imprensa presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos e a data de falecimento:

### ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2013

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Eduardo Cerveira Corregedor da Fonseca	13	Efetivo	05-06-2013
Torcatto dos Santos Luz	48	Efetivo	24-03-2013
Alfredo Manuel Rodrigues de Figueiredo Filipe	54	Efetivo	04-02-2013
Guilherme José Fernandes Melo	686	Efetivo	29-06-2013
Maria Madalena Mendes Pessoa Fragoso	693	Efetivo	26-02-2013
José Armando Pereira Gomes	795	Efetivo	07-06-2013
José Manuel Le Coq da Costa e Silva Neves da Costa	931	Efetivo	01-07-2013
António Rodrigues Barrote	1.068	Efetivo	12-02-2013
Etiano Carvalho Branco	1.069	Efetivo	20-01-2013
José António da Costa Ferreira	6.074	Pensionista FASC	28-06-2013

## 3. SAÚDE

Durante o ano realizaram-se nos postos clínicos da Casa da Imprensa (Sede e Delegação) 2.860 consultas, mais 95 do que as realizadas no ano anterior (+3,4%).

O quadro seguinte mostra o número de consultas realizadas nos dois postos, em Lisboa e Porto. Os dados respeitaram apenas a consultas com associados da CI.

As consultas de medicina geral e familiar são as mais procuradas (1598 em Lisboa e 340 no Porto, num total de 1938, menos 96, ou -4,7%, que as realizadas no ano anterior).

Estes números incluem 59 consultas realizadas no âmbito do programa de *check-up* gratuito.

### CONSULTAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Consultas	2013			2012			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Clínica Geral	1 598	340	1 938	1 684	350	2 034	-96	-4,7%
Outras especialidades	922		922	731		731	191	26,1%
Dermatologia	105		105	115		115	-10	-8,7%
Oftalmologia	142		142	182		182	-40	-22,0%
Ortopedia	14		14	37		37	-23	-62,2%
Otorrinolaringologia	106		106	97		97	9	9,3%
Nutricionismo	147		147	28		28	119	425,0%
Psicologia	211		211	140		140	71	50,7%
Psiquiatria	141		141	111		111	30	27,0%
Urologia	56		56	21		21	35	166,7%
<b>Total Consultas</b>	<b>2 520</b>	<b>340</b>	<b>2 860</b>	<b>2 415</b>	<b>350</b>	<b>2 765</b>	<b>95</b>	<b>3,4%</b>

Na Sede, em Lisboa, realizaram-se também 922 consultas de outras especialidades médicas, bem como de psicologia e de nutricionismo. Em comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento de 191 consultas (26,1%). As especialidades mais procuradas, depois da medicina

geral e familiar, foram as de Psicologia e Nutrição, com 211 e 147 consultas, respetivamente, seguindo-se a Oftalmologia (142) e a Psiquiatria (141). Igualmente na Sede, foram feitas 54 pequenas cirurgias, conforme se pode ver no quadro seguinte.

#### PEQUENAS CIRURGIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Pequenas Cirurgias	2013			2012			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Dermatologia	30		30	39		39	-9	-23,1%
Outras	3		3	15		15	-12	-2700,0%
<b>Total Pequenas Cirurgias</b>	<b>33</b>		<b>33</b>	<b>54</b>		<b>54</b>	<b>-21</b>	<b>-38,9%</b>

Durante o ano foram emitidas 996 credenciais para consultas e tratamentos externos, com médicos e em estabelecimentos diretamente convencionados pela CI, menos 195 (-16,4%) do que no ano anterior.

A esta evolução não é indiferente o facto de os associados

terem passado a utilizar o “cartão de saúde”, podendo escolher médicos e estabelecimentos de proximidade.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas por especialidade em favor de prestadores de serviços de Lisboa e do Porto convencionados com a CI.

#### CONSULTAS E TRATAMENTOS EM MÉDICOS/ESTABELECIMENTOS CONVENCIONADOS DIRETAMENTE COM A CI

Credenciais	2013			2012			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Alergologia	17	10	27	17	10	27	0	0,0%
Cardiologia	63	13	76	62	3	65	11	16,9%
Cirurgia Geral		3	3	10	5	15	-12	-80,0%
Dermatologia	3		3	2	5	7	-4	-57,1%
Gastroenterologia	19	1	20	14	7	21	-1	-4,8%
Ginecologia	109	21	130	138	17	155	-25	-16,1%
Neurologia/Neurocirurgia	33	5	38	42	3	45	-7	-15,6%
Oftalmologia	1	55	56	7	64	71	-15	-21,1%
Ortopedia	1	7	8	9	25	34	-26	-76,5%
Otorrinolaringologia	9	27	36	35	23	58	-22	-37,9%
Pediatria	5	21	26	10	34	44	-18	-40,9%
Psiquiatria		17	17	0	9	9	8	88,9%
Reumatologia	6		6	7		7	-1	-14,3%
Urologia	54	11	65	49	3	52	13	25,0%
Cons./Trat. Estomatologia	197	234	431	290	233	523	-92	-17,6%
Cons./Trat. Fisiatria	10	3	13	41	5	46	-33	-71,7%
Outros (consultas e tratamentos)	27	14	41	9	3	12	29	241,7%
<b>Total</b>	<b>554</b>	<b>442</b>	<b>996</b>	<b>742</b>	<b>449</b>	<b>1 191</b>	<b>-195</b>	<b>-16,4%</b>

No total foram realizadas 3.889 consultas e tratamentos médicos nos postos clínicos da associação ou com médicos e estabelecimentos convencionados diretamente com a Casa da Imprensa.

Além destes, os associados puderam recorrer também

aos serviços de prestadores integrados na rede Advance-Care, através da utilização do “cartão de saúde”, beneficiando de descontos no regime ambulatorio e na aquisição de serviços, ou com comparticipação total dos custos, nos casos de hospitalização ou parto.

## 4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais mantiveram em 2013 um nível de atividade semelhante ao registado no ano anterior, nomeadamente procurando soluções para os problemas apresentados pelos beneficiários que a ele recorreram ou fo-

ram encaminhados por outros serviços da Casa da Imprensa, nomeadamente os Serviços Clínicos.

Ao longo do ano foram atendidos 26 beneficiários diferentes, através de 41 entrevistas e quatro visitas domiciliárias, bem como contactos telefónicos.



Através dos Serviços Sociais foram atribuídos nove subsídios mensais (mais um do que no ano anterior) e quatro subsídios pontuais (-2) para, nos termos do Regulamento de Benefícios, responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

Foi também atribuído um subsídio reembolsável e autorizado o pagamento pelo Fundo de Ação Social (FAS) de consultas e medicamentos em nove situações.

Após estudo das situações, três associados desistiram dos pedidos de subsídios, tendo resolvido os seus problemas através do Serviço Nacional de Saúde.

Foi ainda prestado apoio em quatro situações, pelo recurso a outras entidades como a Comissão de Condição Feminina, Tribunal de Menores do Seixal e Serviço Social

do Hospital de S. José.

Foi feita a divulgação, entre os associados mais idosos, do acordo celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa relativo ao Serviço de Teleassistência desta instituição. Verificou-se no entanto que o serviço não teve a aceitação esperada. Os casos mais prementes já haviam sido resolvidos com o apoio da Casa da Imprensa, com os telefones da Fundação PT, outros pelos próprios associados com serviços semelhantes (*p.e.*, contato direto com o médico assistente) e ainda, nos casos de maior dependência, pelo recurso a empregadas domésticas internas.

O montante global disponibilizado nestes apoios foi de 29.585 euros.

Foi também atribuído um subsídio reembolsável (menos quatro do que no ano anterior).

O quadro seguinte sintetiza os apoios apoiados pelo FAS.

#### SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2013		2012	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)
Subsídios mensais atribuídos	9	26.660,00	8	32.500,00
Subsídios pontuais atribuídos	4	2.925,00	6	4.010,06
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	9	7.208,93	7	4.652,25
Subsídio para pagamento de quotas	0	0,00	1	56,10
<b>Total a fundo perdido</b>	<b>22</b>	<b>36.793,93</b>	<b>22</b>	<b>41.218,41</b>
Subsídios reembolsáveis	1	1.000,00	5	19.800,00

Conforme previsto no Regulamento de Benefícios, o FAS comparticipou o pagamento de quotas das modalidades de saúde de familiares de associados efetivos (jornalistas).

A comparticipação é limitada às quotas de dois familiares na modalidade de Cuidados de Saúde Primários e um na modalidade de Internamento Hospitalar (sem prejuízo das situações existentes à data de entrada em vigor do novo RB, em 2012), sendo de 50% ou 100% conforme se trate de familiares maiores ou de dependentes com menos de 18 anos ou a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

O custo das comparticipações ascendeu em 2013 a 53.508,60 euros.

Com o apoio do FAS foram também comparticipados exames complementares de diagnóstico não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os médicos da Casa da Imprensa consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes, bem como tratamentos resultantes de doenças de alto risco e alto custo. Nos termos regulamentares, alguns destes apoios foram

propostos pelos serviços sociais, atendendo à condição de recursos dos beneficiários.

A modalidade mutualista de Solidariedade Associativa atribuiu subsídios de bolsas de estudo, no valor de 750,00 euros cada, a seis associados (4.500 euros no total).

De acordo com o Regulamento de Benefícios, as bolsas são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos dependentes a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar pagou subsídios por morte e pensões de reforma e sobrevivência no valor de 45.616,50 euros.

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa.

Em 31 de dezembro de 2013 o grupo fechado era constituído por 8 jornalistas/pensionistas e 20 cônjuges sobreviventes.

## 5. ATIVIDADE CULTURAL

Em dezembro a Casa da Imprensa anunciou publicamente a reabilitação do Cinema Ideal, o mais antigo cinema de Lisboa, que é propriedade da nossa associação. O Ideal deverá reabrir no segundo trimestre de 2014 e as-

sume como vocação o cinema independente, nomeadamente português e europeu, e a organização de festivais e ciclos de cinema.

A Midas II Cinemas (dirigida por Pedro Borges e criada

para o efeito a partir da Midas Filmes, até agora com atividade limitada às áreas da produção e distribuição cinematográficas) assume em exclusivo a exploração comercial da sala e a respetiva programação. No entanto, a Casa da Imprensa e a Midas celebraram um protocolo de cooperação que, além de vantagens para os associados da CI, prevê a realização conjunta de iniciativas, reatando-se assim a ligação da mútua dos jornalistas ao cinema.

Em junho, a Casa da Imprensa atribuiu o Prémio Norberto Lopes de Reportagem de Imprensa à jornalista Maria João Guimarães, do Público.

O júri decidiu premiar Maria João Guimarães pelo conjunto das suas 10 reportagens sobre as eleições na Grécia publicadas no ano anterior e o prémio foi entregue na sessão comemorativa do 108º aniversário da associação.

## 6. SERVIÇOS

A prioridade dos Serviços Administrativos foi para o atendimento aos associados e a informação focada no acesso aos benefícios regulamentares das modalidades mutualistas.

Durante o ano foi adotada uma nova arquitetura dos sistemas informáticos e de comunicações, visando a redução de custos operacionais, mas cuja implantação, por razões contratuais e orçamentais, foi adiada para o primeiro trimestre de 2014, juntamente com a adjudicação da construção de uma nova página na internet.

A Casa da Imprensa candidatou-se à atribuição de licenças da Microsoft, ao abrigo do Programa de Doação de

No âmbito da sua atividade cultural, a Casa da Imprensa realizou durante o ano uma exposição de pintura, que esteve patente ao público no salão nobre da sede associativa, em Lisboa, durante o mês de março (“Fragmentos do Sentir”, de Maria Celeste); e acolheu duas exposições de fotografia, de carácter internacional, em maio e outubro-novembro, ambas no âmbito do projeto europeu ETRA – Education Trough Re-habilitative Art-Photo (Educação através de arte fotográfica reabilitativa).

Em junho, igualmente na sede, esteve patente a exposição-instalação “Tempos”, com a obra gráfica de Rui A. Pereira, a propósito da qual se realizaram dois debates.

A Casa da Imprensa cedeu também as suas instalações para o lançamento de obras artísticas e literárias de jornalistas, associados ou não.

*software* para Entidades Não Lucrativas desta empresa e de um protocolo celebrado com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a União das Mutualidades Portuguesas, a União das Misericórdias Portuguesas e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

A Casa da Imprensa obteve licenças para a utilização de *software* com um valor comercial superior a 25 mil dólares, cuja instalação estará concluída no primeiro trimestre de 2014.

A utilização destas ferramentas e a nova página na internet, no segundo trimestre, visam melhorar a organização e a qualidade do trabalho e a informação aos associados.

## 7. PATRIMÓNIO

Tendo em vista a melhoria do conforto e da segurança das instalações da sede, em Lisboa, no segundo semestre do ano foram elaborados os projetos necessários a uma obra profunda de requalificação do prédio.

Foram tidos em conta urgentes aspetos relativos à segurança e a adequação aos requisitos legais de instalações com serviços abertos ao público, como é o caso do posto clínico que, conforme referido no capítulo 1 deste relatório, deverá ser aberto a mais utentes, além dos associados da Casa da Imprensa.

Relativamente ao prédio da R. do Loreto (Lisboa), a alteração do regime legal de arrendamento urbano ditou a oportunidade da resolução dos dois contratos de arrendamento mais antigos, de modo a potenciar um maior nível de rendimentos correntes que são importantes para o apoio às modalidades mutualistas da saúde.

A alteração dos contratos, porém, para potenciar um maior rendimento, tornou mais urgente a realização de obras de reabilitação do prédio, que ficaram igualmente preparadas no segundo semestre.

O acentuado estado de degradação do prédio estava a consumir uma parte importante do rendimento que ele gerava, além de ameaçar a segurança das instalações e

dos seus ocupantes.

A denúncia dos contratos foi feita perante a perspetiva de novos arrendamentos, com rendas substancialmente mais elevadas.

Tendo em conta as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submeteu ao Conselho Geral, em novembro, a previsão de custos e o plano de financiamento das obras, que foram tidos em conta no orçamento para 2014 e no estudo económico a cinco anos elaborado para suportar o pedido de registo das alterações ao Regulamento de Benefícios, a apresentar no primeiro semestre de 2014.

No caso da sede, o custo das amortizações terá um agravamento em 2014 de cerca de 10.000 euros, ficando ao nível de 2012, para baixar nos anos seguintes para cerca de metade do registado naquele ano.

No caso do prédio da R. do Loreto, os custos com as indemnizações tem uma amortização prevista de seis anos e meio, período durante o qual, porém, as receitas correntes (rendas), que apoiam as modalidades de saúde, aumentam em consequência da atualização das rendas, compensando parcialmente a quebra de rendimentos financeiros.

## 8. FINANÇAS

As contas do exercício de 2013 evidenciam um resultado líquido positivo de 24.573,16 euros, que compara com

um resultado de 39.759,10 euros em 2012, uma diferença de -15.185,94 euros (-38,2%).

### RESULTADOS LÍQUIDOS (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

	2013	2012	Difª	
	( € )	( € )	( € )	( % )
Resultado líquido	24.573,16	39.759,10	-15.185,94	-38,2%

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e funções da

Casa da Imprensa e garantindo a comparabilidade com exercícios anteriores, para a sua melhor compreensão.

### PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

Designação	2.013	2012	Difª ( € )	
			( € )	( % )
<b>Proveitos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>319.005,45 €</b>	<b>308.265,34 €</b>	<b>10.740,11 €</b>	<b>3,5%</b>
Quotizações e jóias	245.067,60 €	219.914,75 €	25.152,85 €	11,4%
Credenciais e Senhas de consulta	73.937,85 €	82.485,41 €	-8.547,56 €	-10,4%
Provisões específicas do sector	0,00 €	5.865,18 €	-5.865,18 €	-100,0%
<b>Proveitos comuns</b>	<b>323.350,57 €</b>	<b>346.201,04 €</b>	<b>-22.850,47 €</b>	<b>-6,6%</b>
Vendas	0,00 €	911,40 €	-911,40 €	-100,0%
Prestações de serviços	135.074,32 €	132.474,32 €	2.600,00 €	2,0%
Subsídios, doações e legados	19.054,45 €	29.706,51 €	-10.652,06 €	-35,9%
Outros rendimentos e ganhos	92.267,60 €	102.018,88 €	-9.751,28 €	-9,6%
Juros e outros rendimentos similares	76.954,20 €	81.089,93 €	-4.135,73 €	-5,1%
<b>Total de rendimentos e ganhos</b>	<b>642.356,02 €</b>	<b>654.466,38 €</b>	<b>-12.110,36 €</b>	<b>-1,9%</b>
<b>Custos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>226.256,39 €</b>	<b>200.856,14 €</b>	<b>25.400,25 €</b>	<b>12,6%</b>
Subsídios, donativos, bolsas de estudo (SA + CPM)	7.700,00 €	7.700,00 €	0,00 €	0,0%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	40.457,82 €	35.933,78 €	4.524,04 €	12,6%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	158.525,13 €	144.864,69 €	13.660,44 €	9,4%
Outros custos inerentes a associados (CSP)	11.616,29 €	12.357,67 €	-741,38 €	-6,0%
Provisões específicas do sector (CPM)	7.957,15 €	0,00 €	7.957,15 €	
<b>Custos comuns</b>	<b>391.526,47 €</b>	<b>413.851,14 €</b>	<b>-22.324,67 €</b>	<b>-5,4%</b>
Custo das vendas	0,00 €	882,84 €	-882,84 €	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	139.113,47 €	131.839,76 €	7.273,71 €	5,5%
Custos com o pessoal	200.109,78 €	217.831,62 €	-17.721,84 €	-8,1%
Gastos de depreciação e amortização	44.284,86 €	53.609,44 €	-9.324,58 €	-17,4%
Perdas por imparidade	707,49 €	382,51 €	324,98 €	85,0%
Outros gastos e perdas	7.310,87 €	9.304,97 €	-1.994,10 €	-21,4%
<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>617.782,86 €</b>	<b>614.707,28 €</b>	<b>3.075,58 €</b>	<b>0,5%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>24.573,16 €</b>	<b>39.759,10 €</b>	<b>-15.185,94 €</b>	<b>-38,2%</b>

Os rendimentos e ganhos totalizaram 642.356,02 euros, que comparam com 654.466,38 euros apurados em 2012, uma diferença de -12.110,36 euros (-1,9%).

Daquele montante, 319.005,45 euros (49,7% do total de rendimentos e ganhos) resultam do esforço direto dos associados, correspondendo ao valor pago em joias e quotas (245.067,60 euros) e em credenciais e senhas de consultas (73.937,85 euros).

Os proveitos comuns às diversas modalidades mutualistas totalizaram 323.350,57 euros (50,3% do total de rendimentos e ganhos), com destaque para a prestação de serviços (135.074,32 euros) e os ganhos financeiros (76.954,20 euros). Os rendimentos prediais, incluídos na rubrica “outros rendimentos e ganhos”, as-

cenderam a 73.592,75 euros. Estes tiveram uma quebra de 4.748,75 euros (-6,1%) relativamente ao ano anterior, motivada pela interrupção de contratos de arrendamento.

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas ascenderam a 226.256,39 euros (36,6% do total de gastos e perdas), o que representa um acréscimo de 25.400,25 euros (+12,6%) relativamente aos 200.856,14 euros registados em 2012.

Daquele total, 7.700,00 euros respeitam a bolsas de estudo e subsídios pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital Pagável por Morte (CPM), 170.141,42 euros (78,3% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) e 40.457,82 euros

(17,9%) são imputáveis à modalidade de Internamento Hospitalar.

Os custos comuns às modalidades mutualistas correspondem a 63,4 por cento do total de gastos e perdas, passando de 413.851,14 euros em 2012 para 391.526,47 euros em 2013, uma redução de 22.324,67 euros (-5,4%).

Os custos comuns mais significativos continuam a ser os relativos a pessoal (200.109,78 euros, menos 17.721,84 que no ano anterior), e os fornecimentos e serviços externos, que tiveram um acréscimo de 7.273,71 euros (5,5%) ao passarem de 131.839,76 euros em 2012 para 139.113,47 euros em 2013.

Na imputação às modalidades dos custos e proveitos comuns foram adotados critérios que garantem a autonomia de cada uma delas, no respeito pelas disposições legais e impedindo a subsídio de umas modalidades pelas outras.

Na comparação das contas do exercício de 2013 com as do ano anterior continua a destacar-se o aumento do peso relativo dos custos diretos dos benefícios e uma diminuição do peso dos custos indiretos, nomea-

damente os custos administrativos. Os primeiros passaram de 32,7 por cento dos gastos e perdas totais em 2012 para 36,7 por cento em 2013, enquanto os segundos tiveram uma redução de 67,3 por cento em 2012 para 63,4 por cento dos custos totais apurados em 2013.

As maiores variações registam-se nas despesas com Cuidados de Saúde Primários (mais 12.919,06 euros, correspondentes a um aumento de 8,2 por cento) e de Internamento Hospitalar (mais 4.524,04 euros, um acréscimo 12,6 por cento).

Destaca-se também a evolução da cobrança de quotas. As receitas provenientes de joias e quotas voltaram a aumentar (25.152,85 euros, +11,4%). Refletidas nesta rubrica, as dívidas de associados que deixaram a associação tiveram uma redução de 7.289 euros (-65,6%), passando de 11.108 euros em 2012 para 3.819 euros em 2013.

O fecho de contas do exercício apresenta um desvio positivo de 1.285,63 euros (+5,5%) relativamente ao orçamento aprovado pela Assembleia Geral de associados em 29 de novembro de 2012.

## Resultados das modalidades

Todas as modalidades mutualistas apresentam resultados líquidos positivos, conforme o quadro seguinte.

### RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidade	2013	2012	Difª	
			( € )	( % )
Solidariedade Associativa (SA)	6.162,84	9.240,72	-3.077,88	-33,3%
Cuidados de Saúde Primários (CSP)	6.340,80	3.100,14	3.240,66	104,5%
Internamento Hospitalar	3.398,67	10.226,97	-6.828,30	-66,8%
Capital Pagável por Morte	8.670,85	17.191,27	-8.520,42	-49,6%
<b>Total</b>	<b>24.573,16</b>	<b>39.759,10</b>	<b>-15.185,94</b>	<b>-38,2%</b>

A modalidade de Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez por acidente e que suporta as iniciativas culturais, teve um resultado líquido positivo de 6.162,84 euros, que compara com os 9.240,72 euros apurados em 2012 (-33,3%). Os proveitos totais da modalidade ascenderam a 29.991,31 euros, para um volume de gastos e perdas de 23.828,47 euros. A 31 de dezembro o respetivo fundo apresentava um saldo de 48.950,59 euros.

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) teve um resultado líquido de 6.340,80 euros (mais 104,5% que 3.100,14 euros de 2012). Os proveitos totais ascenderam a 465.466,98 euros, apurando-se um total de gastos e perdas de 459.126,80 euros.

O valor patrimonial do Fundo Próprio respetivo era de 969.270,27 euros a 31 de dezembro, já depois de destacada uma dotação de 490.772,50 para a constituição de uma reserva especial destinada a suportar os custos com a denúncia de contratos de arrendamento e realização de

obras de reabilitação do prédio de rendimento da R. do Loreto, nos termos propostos ao Conselho Geral, que deu o competente parecer favorável.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH), cujo nível de responsabilidades aumentou com a entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios, em março de 2012, registou um resultado líquido de 3.398,67 euros, menos 6.828,30 euros (-66,8%) que no ano anterior. O total de proveitos foi de 117.661,64 euros e os custos globais, 114.262,98 euros.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 67.000,59 euros.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 8.670,85 euros (menos 49,17% que os 17.191,27 euros de 2012).

O Fundo Permanente da modalidade apresentava a 31 de dezembro um património líquido de 333.917,41 euros, com provisões matemáticas de 174.324,98 euros (um grau de cobertura de 191,55 por cento).

O valor contabilístico do conjunto dos fundos mutualistas

era, em 31 de dezembro de 2013, de 1.361.128,13 euros, depois de destacada a reserva especial de 490.772,50 euros, uma diferença de -447.032,16 euros (-24,7%) para o valor apurado no fecho do exercício anterior.

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2013 (antes da aplicação de resultados do exercício de 2013, que se segue a este relatório):

**VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS**

<i>Fundos</i>	<b>2013</b> (€)	<b>2012</b> (€)	<b>Difª</b>	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	48.950,59	40.633,94	8.316,65	20,5%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	969.270,27	1.457.252,65	-487.982,38	-33,5%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	67.000,59	57.796,31	9.204,28	15,9%
Fundo Permanente Capitais por Morte	275.906,68	252.477,39	23.429,29	9,3%
<b>Total</b>	<b>1.361.128,13</b>	<b>1.808.160,29</b>	<b>-447.032,16</b>	<b>-24,7%</b>
<i>Reserva especial para recuperação do património</i>	<i>490.772,50</i>	<i>0,00</i>		

**Fundos autónomos**

O Fundo de Ação Social (FAS), que suporta a ação social em favor dos jornalistas e seus familiares, teve um resultado líquido no exercício de 317.051,48 euros, correspondente a 58 por cento do rendimento total líquido de encargos administrativos e financeiros e da inflação. A 31 de dezembro, o saldo do fundo era de 14.163.326,22 euros. A verba utilizada ao abrigo do Regulamento de Benefícios ascendeu a 226.138,95 euros, que compara com o total de custos operacionais de 270.625,86 euros do exercício de 2012 (menos 44.486,91 euros, ou -16,4%) e é inferior em 36.587,17 euros (-13,9%) ao valor orçamentado.

Em 31 de dezembro, o valor patrimonial do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que garante os subsídios por morte e as pensões de reforma e sobrevivência do extinto Fundo Especial de Segurança Social dos

Jornalistas (grupo fechado) era de 255.637,11 euros. A aplicação de critérios atuariais mais exigentes elevou o cálculo de reservas matemáticas para 285.487,40 euros, o que dita a necessidade de, a exemplo do ocorrido em 2012 (34.675,00 euros), se proceder em 2014 a um reforço do capital do Fundo, a partir do FAS.

No fecho do exercício o valor patrimonial do Fundo Norberto Lopes, criado para suportar o Prémio de Reportagem de imprensa com o nome do instituidor, era de 35.123,28 euros.

O quadro seguinte sintetiza a evolução do valor patrimonial dos fundos autónomos sob gestão da Casa da Imprensa.

**VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS**

<i>Fundos</i>	<b>2013</b> (€)	<b>2012</b> (€)	<b>Difª</b>	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14.163.326,22	13.846.274,74	317.051,48	2,3%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	255.637,11	296.252,67	-40.615,56	-13,7%
Fundo Norberto Lopes	35.123,28	38.287,24	-3.163,96	-8,3%
<b>Total</b>	<b>14.454.086,61</b>	<b>14.180.814,65</b>	<b>273.271,96</b>	<b>1,9%</b>

**Consignação do IRS**

No exercício de 2013 a Casa da Imprensa recebeu da administração fiscal 18.942,55 euros relativos à consignação do IRS da coleta de 2012, liquidada em 2013.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário de centenas de cidadãos contribuintes, associados e não associados da Casa da Imprensa, que escolheram a

mútua dos jornalistas como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Por decisão do Conselho de Administração, a verba foi integralmente imputada à modalidades de Cuidados de Saúde Primários.

**Gestão da carteira de ativos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2013 o valor nominal das aplicações financeiras do conjunto dos fundos sob gestão da Casa da Imprensa era de 15.731.270,72 euros. O seu valor de mercado, à mesma data, era de 16.029.994,50 euros.

Daquele total, 237.170,72 euros (1,5% do total) correspondiam a depósitos à ordem e 1.257.500,00 (8,0%) a depósitos a prazo.

O valor das Obrigações do Tesouro era de 2.665.000,00 (16,9%, abaixo do valor de 4.940.000,68

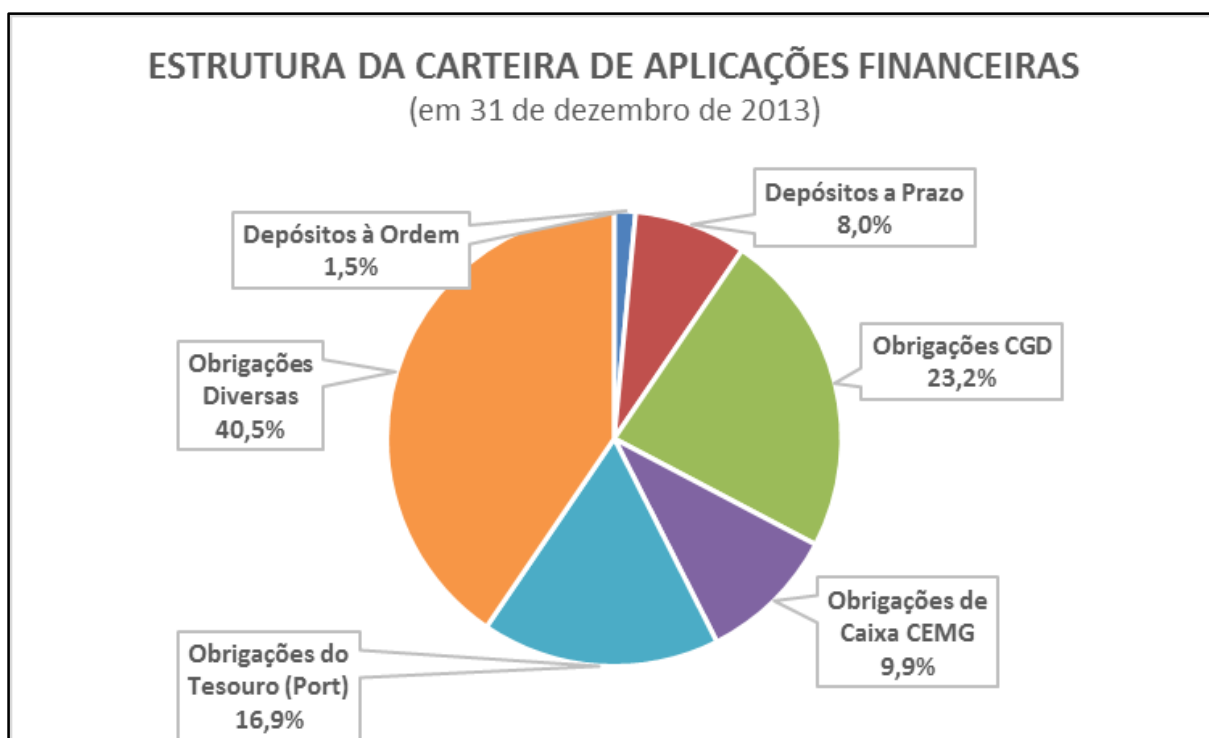
euros, correspondente a 31,2% do total, registado um ano antes) e o das obrigações da Caixa Geral de Depósitos e das obrigações de caixa da Caixa Económica do Montepio Geral, respetivamente, de 3.650.000,00 (23,2%) e 1.550.000,00 (9,9% do total da carteira).

Obrigações diversas, de entidades portuguesas e estrangeiras, tinham o valor nominal de 6.371.600,00 euros (40,5%), que comparam com os 3.419.600,00 euros

registados em 2012 (21,6% do total).

Faziam parte da carteira títulos de dívida de 33 emittentes de 15 mercados, correspondentes a 54 emissões, quase todas (com exceção de uma, há muito detida pela CI e com maturidade a 2014) com taxa fixa.

O gráfico seguinte mostra a estrutura da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013.



#### Dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa

Em 30 de novembro, a Casa da Imprensa foi notificada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou naquele tribunal uma ação administrativa contra a associação e o presidente do Conselho de Administração visando a restituição de parte das verbas recebidas para a regularização da dívida, ainda não totalmente liquidada, relativa ao adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários não cobrado por aquele instituto entre 1995 e 1997.

A dívida, originada pelo boicote dos jornais diários ao adicional, que legalmente competia ao IGFSS cobrar e que este sempre reconheceu e repetidamente se comprometeu a saldar – tal como a respetiva tutela política, a Secretaria de Estado da Segurança Social –, tinha um valor inicial de 2.075.398,69 euros. Deste montante, o IGFSS apenas pagou à Casa da Imprensa, entre 2000 e 2008, 1.364.205,72 euros, pelo que falta ainda liquidar 711.192,97.

Na petição que entregou no tribunal, o IGFSS pede a res-

tituição de 997.595,79 euros, relativos a um adiantamento feito em 2000 quando o montante da dívida ainda não estava calculado e reconhecido por todas as partes (Associação da Imprensa Diária, IGFSS e Casa da Imprensa).

Depois daquele adiantamento, entre 2005 e 2008, o IGFSS pagou à Casa da Imprensa mais 366.609,93 euros, que cobrou aos jornais diários ao abrigo de contratos pelos quais se assumiu como credor e aqueles como devedores. Desde 2008, cobrou mais 317.739 euros, que não transferiu para a Casa da Imprensa nem sobre o assunto deu qualquer informação. A Casa da Imprensa não foi parte nem foi informada da existência dos contratos.

Na ação judicial o IGFSS alega que o adiantamento foi ilegal, tal como o despacho do secretário de Estado que, a pedido do instituto, o autorizou. Alega igualmente que foram irregulares os seus próprios procedimentos internos.

A ação judicial acolhe as conclusões do relatório, datado de 2009, duma auditoria feita ao IGFSS pelo Tribunal de



Contas (TC). No relatório o TC considera ilegais o adiantamento pago à Casa da Imprensa e o despacho governamental que o autorizou. Aponta também diversas irregularidades nos procedimentos internos do IGFSS. Mas não questiona a dívida à Casa da Imprensa nem o seu direito a ser ressarcida, como ao longo dos anos o Governo e o IGFSS sempre se comprometeram a fazer.

A 31 de dezembro decorria ainda o prazo para a Casa da Imprensa contestar a ação em Tribunal.

*[Tal veio a ser feito a 13 de janeiro e na contestação, além de pedir que a petição do IGFSS seja considerada improcedente, a CI pede também que o instituto seja conde-*

*nado a pagar à Casa da Imprensa o montante que permanece em dívida. Imediatamente após a entrega da contestação, o Conselho de Administração informou o Conselho Geral, os ex-presidentes da associação em cujos mandatos ocorreram factos relevantes relativos à questão, bem como os associados em geral.]*

Tendo em conta a sua expectativa quanto ao desfecho da ação, baseada, entre outros fatores, na opinião dos advogados, e porque a 31 de dezembro decorria ainda o prazo para a contestação em tribunal, o Conselho de Administração decidiu não constituir em 2013 uma provisão para processos judiciais.

## 9. PRINCIPAIS INDICADORES

### PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	1.889
Nº de Trabalhadores	8
Total do Ativo	16.884.817,82 €
Fundos	1.186.803,15 €
Reservas	14.564.882,29 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	68.858,02 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	24.573,16 €
Resultado líquido	24.573,16 €

## 10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, pelo acompanhamento ao trabalho realizado;
- o Conselho Geral, pelo seu contributo para a discussão das orientações estratégicas da Casa da Imprensa;
- os associados em geral, pela sua participação na vida associativa;

– os membros do corpo clínico dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, em Lisboa e no Porto, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

– os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade constante e a sua dedicação à Casa da Imprensa;

– os cidadãos contribuintes, associados ou não, que destinaram à Casa da Imprensa a consignação do seu IRS;

– A Microsoft International e à Microsoft Portugal, pelo licenciamento gracioso de *software*

## 11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de

24.573,16 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	5.546,56 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	5.706,72 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	3.058,80 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	7.803,76 €
Fundo de Reserva Geral	2.457,32 €

## 12. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. Um voto de louvor e reconhecimento às instituições, empresas e pessoas referidas no ponto 10.
2. Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Eduardo Cerveira Corregedor da Fonseca,

Torcato dos Santos Luz, Alfredo Manuel Rodrigues de Figueiredo Filipe, Guilherme José Fernandes Melo, Maria Madalena Mendes Pessoa Fragoso, José Armando Pereira Gomes, José Manuel Le Coq da Costa e Silva Neves da Costa, António Rodrigues Barrote, Etiano Carvalho Branco e José António da Costa Ferreira.

Lisboa, 14 de março de 2014

***O Conselho de Administração***

*J. Goulart Machado* (Presidente)

*Lurdes Ferreira* (Vice-Presidente)

*Carlos Lobato* (Vogal)

*Margarida Gomes* (Vogal)

*Sandro Arruda* (Vogal)



**C.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**  
**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	219.606,89	255.205,00
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 5	62.324,80	62.324,80
Propriedades de investimento	3.2.2 e 6	6.866,76	5.665,23
Ativos intangíveis	3.2.3 e 7	3.226,56	9.421,08
Investimentos financeiros	3.2.4 e 15.2	1.170.176,66	1.244.200,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		<b>1.462.201,67</b>	<b>1.576.816,92</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3.2.5 e 8	18.909,87	19.022,40
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 15.3	412,57	1.092,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 12.1	7.453,66	9.297,66
Outras contas a receber	3.2.6 e 12.2	14.907.489,30	14.682.258,69
Diferimentos	12.2	3.239,73	3.223,90
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3.2.6 e 12.3	485.111,02	567.032,94
		<b>15.422.616,15</b>	<b>15.281.927,85</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>16.884.817,82</b>	<b>16.858.744,77</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	3.2.7 e 15.1		
Fundos		1.186.803,15	1.641.792,46
Excedentes técnicos			
Reservas		14.564.882,29	14.052.109,71
Resultados transitados	2.4	(578,35)	(578,35)
Excedentes de revalorização		90.795,23	90.795,23
Outras variações nos fundos patrimoniais		62.324,80	62.324,80
		<b>15.904.227,12</b>	<b>15.846.443,85</b>
Resultado líquido do período		24.573,16	39.759,10
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>15.928.800,28</b>	<b>15.886.202,95</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas	3.2.8 e 10	174.324,98	166.367,83
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		<b>174.324,98</b>	<b>166.367,83</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.6 e 12.4	12.878,26	38.466,43
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 15.3	5.893,74	6.191,37
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 12.1	3.146,70	4.746,70
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	12.5	722.247,71	720.713,78
Outras contas a pagar	3.2.6 e 12.5	37.526,15	36.055,71
Outros passivos financeiros			
		<b>781.692,56</b>	<b>806.173,99</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>956.017,54</b>	<b>972.541,82</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>16.884.817,82</b>	<b>16.858.744,77</b>

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (presidente)

Lurdes Ferreira (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Margarida Gomes (vogal)

Sandro Arruda (vogal)

**A Técnica Oficial de Contas**

Luísa Pereira

(TOC 3301)

**CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	3.2.10 e 9	454.079,77	435.785,88
Subsídios, doações e legados à exploração	11	19.054,45	29.706,51
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8		(882,84)
Fornecimentos e serviços externos	15.4	(139.113,47)	(131.839,76)
Gastos com o pessoal	3.2.11 e 13	(200.109,78)	(217.831,62)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.8 e 10	(7.957,15)	5.865,18
Outras imparidades (perdas/reversões)	15.2	(707,49)	(382,51)
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	3.2.10 e 9	169.221,80	183.108,81
Outros gastos e perdas	15.5	(225.610,11)	(210.161,11)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>68.858,02</b>	<b>93.368,54</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	(44.284,86)	(53.609,44)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>24.573,16</b>	<b>39.759,10</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>24.573,16</b>	<b>39.759,10</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.9		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24.573,16</b>	<b>39.759,10</b>

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (presidente)  
Lurdes Ferreira (vice-presidente)  
Carlos Lobato (vogal)  
Margarida Gomes (vogal)  
Sandro Arruda (vogal)

**A Técnica Oficial de Contas**

Luísa Pereira  
(TOC 3301)

CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2013	2012
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u></b>		
Recebimentos de clientes e utentes	337.248,11	300.602,45
Pagamentos de subsídios	4.800,00	3.952,00
Pagamentos de apoios	553,45	3.073,79
Pagamento de bolsas	4.500,00	4.500,00
Pagamentos a fornecedores	338.439,84	296.442,60
Pagamentos ao pessoal	209.946,62	233.939,56
Caixa gerada pelas operações	(220.991,80)	(241.305,50)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	16.977,44	25.881,41
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(204.014,36)	(215.424,09)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	161,99	10.605,19
Activos intangíveis		2.637,85
Investimentos financeiros	379.548,10	648.374,15
Outros activos	246.995,42	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis	681,04	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	646.760,00	653.788,88
Outros activos	81.087,74	83.427,27
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	84.406,66	86.941,86
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	186.229,93	162.540,82
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	135.074,32	132.474,32
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento	211,81	53.633,73
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	134.862,51	78.840,59
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	117.078,08	25.957,32
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	37.032,94	11.075,62
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	154.111,02	37.032,94

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (presidente)  
Lurdes Ferreira (vice-presidente)  
Carlos Lobato (vogal)  
Margarida Gomes (vogal)  
Sandro Arruda (vogal)

**A Técnica Oficial de Contas**

Luísa Pereira  
(TOC 3301)

**CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2012**

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários		Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	1,00	1.655.931,42	0,00	13.684.548,58	0,00	0,00	90.795,23	62.324,80	(13.558,02)	15.480.042,01	0,00		15.480.042,01
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										0,00			0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					(867,54)					(867,54)			(867,54)
Alterações de políticas contabilísticas				37.126,58						37.126,58			37.126,58
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e										0,00			0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas										0,00			0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(14.138,96)		330.434,55	289,19				13.558,02	330.142,80			330.142,80
	2,00	(14.138,96)	0,00	367.561,13	(578,35)	0,00	0,00	0,00	13.558,02	366.401,84	0,00		366.401,84
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3,00								39.759,10	39.759,10			39.759,10
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3								53.317,12	406.160,94	0,00		406.160,94
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>													
Fundos													0,00
Subsídios, doações e legados													0,00
Outras operações													0,00
	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	=1+2+3+	1.641.792,46	0,00	14.052.109,71	(578,35)	0,00	90.795,23	62.324,80	39.759,10	15.886.202,95	0,00		15.886.202,95

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2013**

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários		Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013</b>	6	1.641.792,46	0,00	14.052.109,71	(578,35)	0,00	90.795,23	62.324,80	39.759,10	15.886.202,95	0,00		15.886.202,95
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										0,00			0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00			0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00			0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e										0,00			0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas										0,00			0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(454.989,31)		512.772,58					(39.759,10)	18.024,17			18.024,17
	7	(454.989,31)	0,00	512.772,58	0,00	0,00	0,00	0,00	(39.759,10)	18.024,17	0,00		18.024,17
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8								24.573,16	24.573,16			24.573,16
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8								(15.185,94)	42.597,33	0,00		42.597,33
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>													
Fundos													0,00
Subsídios, doações e legados													0,00
Outras operações													0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013</b>	=6+7+8+	1.186.803,15	0,00	14.564.882,29	(578,35)	0,00	90.795,23	62.324,80	24.573,16	15.928.800,28	0,00		15.928.800,28

**O Conselho de Administração**  
J. Goulart Machado (presidente)  
Lurdes Ferreira (vice-presidente)  
Carlos Lobato (vogal)  
Margarida Gomes (vogal)  
Sandro Arruda (vogal)

**A Técnica Oficial de Contas**  
Luísa Pereira  
(TOC 3301)

**FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL**  
**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2013	31-12-2012
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Investimentos financeiros	12.856.127,58	12.231.633,52
	<b>12.856.127,58</b>	<b>12.231.633,52</b>
<b>Activo corrente</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	770,00	6.799,22
Outras contas a receber	444.744,35	531.100,89
Caixa e depósitos bancários	874.306,99	1.109.327,89
	<b>1.319.821,34</b>	<b>1.647.228,00</b>
<b>Total do activo</b>	<b>14.175.948,92</b>	<b>13.878.861,52</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	13.846.274,74	13.544.930,68
Resultados transitados	(2.210,51)	(2.210,51)
	<b>13.844.064,23</b>	<b>13.542.720,17</b>
Resultado líquido do período	317.051,48	301.344,06
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>14.161.115,71</b>	<b>13.844.064,23</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1.526,50	1.904,50
Outras contas a pagar	13.306,71	32.892,79
	<b>14.833,21</b>	<b>34.797,29</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>14.833,21</b>	<b>34.797,29</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>14.175.948,92</b>	<b>13.878.861,52</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2013	2012
Vendas e serviços prestados	0,00	0,00
Custos inerentes a associados	(91.064,63)	(138.401,54)
Custos da prestação de serviços	(135.074,32)	(132.224,32)
Fornecimentos e serviços externos	(48.072,76)	(32.735,25)
Provisões (aumentos/reduções)	(71.078,24)	(58.087,19)
Outras imparidades (perdas/reversões)	18.341,95	27.653,94
Juros obtidos	650.523,18	635.138,42
Outros gastos e perdas	(6.523,70)	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>317.051,48</b>	<b>301.344,06</b>

**CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**  
**FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR**

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2013	31-12-2012
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Investimentos financeiros	39.600,00	289.350,00
	<b>39.600,00</b>	<b>289.350,00</b>
<b>Activo corrente</b>		
Pensionistas		794,51
Outras contas a receber	6.512,12	5.442,99
Caixa e depósitos bancários	212.984,88	2.516,96
	<b>219.497,00</b>	<b>8.754,46</b>
<b>Total do activo</b>	<b>259.097,00</b>	<b>298.104,46</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	27.667,67	318,78
Resultados transitados	5.519,65	5.519,65
	<b>33.187,32</b>	<b>5.838,43</b>
Resultado líquido do período	(63.037,61)	27.348,89
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>(29.850,29)</b>	<b>33.187,32</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões específicas		
Pensões	269.297,08	244.329,24
Subsídio por Morte	16.190,32	18.736,11
	<b>285.487,40</b>	<b>263.065,35</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Pensionistas	888,00	
Outras contas a pagar	2.571,89	1.851,79
	<b>3.459,89</b>	<b>1.851,79</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>288.947,29</b>	<b>264.917,14</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>259.097,00</b>	<b>298.104,46</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2013	2012
Subsídios, doações e legados à exploração		34.675,00
Fornecimentos e serviços externos	(2.529,54)	(1.876,83)
Pensões	(45.616,50)	(50.127,98)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	(22.422,05)	33.938,11
Outras imparidades (perdas/reversões)	250,00	371,00
Juros obtidos	7.280,48	10.369,59
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(63.037,61)</b>	<b>27.348,89</b>

**CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

**FNL - FUNDO NORBERTO LOPES**

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2013	31-12-2012
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo corrente</b>		
Outras contas a receber	736,28	385,10
Caixa e depósitos bancários	34.958,92	38.474,06
<b>Total do activo</b>	<b>35.695,20</b>	<b>38.859,16</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	38.287,24	37.126,58
Resultados transitados	571,92	571,92
	<b>38.859,16</b>	<b>37.698,50</b>
Resultado líquido do período	(3.163,96)	1.160,66
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>35.695,20</b>	<b>38.859,16</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Total do passivo</b>		
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>35.695,20</b>	<b>38.859,16</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2013**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2013	2012
Fornecimentos e serviços externos		(250,00)
Prémios	(4.615,38)	0,00
Juros obtidos	1.451,42	1.410,66
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(3.163,96)</b>	<b>1.160,66</b>



**D.**

**ANEXO**

## **1 — Identificação da Entidade**

### **1.1 — Designação da Entidade**

#### **Casa da Imprensa – Associação Mutualista**

### **1.2 — Sede**

Rua da Horta Seca nº 20, em Lisboa

### **1.3 — Natureza da atividade**

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de Abril de 1905, pessoa coletiva nº 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

## **2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 — Base de preparação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso nº 6726-B/2011 de 10 de Março.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### **2.2 — Derrogação das disposições do SNC**

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

### **2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2012.

### **2.4 — Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória**

Com a alteração do normativo contabilístico em 2012 foram desreconhecidos valores constantes do imobilizado incorpóreo que não reuniam as condições para serem reclassificados em ativos intangíveis. Os ajustes da transição, no valor de 578,35€, foram reconhecidos em resultados transitados.

## **3 — Principais políticas contabilísticas:**

### **3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

### **3.2 — Outras políticas contabilísticas**

#### **3.2.1 — Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 20 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

### 3.2.2 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. Todas as formulações da nota anterior, referente aos ativos fixos tangíveis, têm a mesma aplicação aqui: custos incluídos no preço de aquisição, critérios de depreciação, vidas úteis e taxas, despesas de conservação e reparação, desreconhecimento e revalorizações.

### 3.2.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

### 3.2.4 – Investimentos financeiros

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tendo como premissa que os seus investimentos são classificados como “carteira a vencimento”, havendo a garantia de capital na maturidade, mantém os critérios de valorização dos títulos:

- a mensuração dos títulos faz-se ao custo de aquisição;

- nas aquisições acima do par, é constituída provisão pelo valor do prémio; esta provisão é objeto de especialização até à maturidade;

- não reconhece em resultados o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento.

O desreconhecimento ocorre na maturidade. Nas aquisições abaixo do par a mais valia é reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

### 3.2.5 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

### 3.2.6 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 30 dias e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Englobam-se sob este título os fornecedores de imobilizado e os empréstimos obtidos de outros fundos geridos pela Entidade. Estas dívidas estão registadas pelo valor nominal e não vencem juros.

### 3.2.7 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónimo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

Em 2013, após consulta e parecer favorável do Conselho Geral, o Conselho de Administração destacou do Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários uma dotação para uma reserva especial destinada a financiar o pagamento de indemnizações por denúncia de contratos de arrendamento, a reabilitação do prédio da Rua do Loreto e a requalificação do posto clínico da sede.

### 3.2.8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### 3.2.9 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC.

### 3.2.10 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

As rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento referem-se ao arrendamento do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

### 3.2.11 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de Dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

### 3.2.12 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro e na Lei nº 16/2001, de 22 de junho.

### 3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

### 3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

## 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

## 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. De acordo com o novo normativo contabilístico em 2012 foram reclassificados alguns itens (programas de computador reconhecidos agora em intangíveis, equipamentos básicos em administrativos) e ajustadas as vidas úteis esperadas (dos edifícios e de grandes reparações).

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

<b>Ativo Bruto</b>					
	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Aumentos e Reavaliações</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Bens do património histórico e artístico e cultural	62.324,80				62.324,80
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	128.906,73				128.906,73
Edifícios e outras construções	559.662,59				559.662,59
Equipamento básico	53.544,23				53.544,23
Equipamento administrativo	158.836,14	987,76	518,43		159.305,47
	<u>963.274,49</u>	<u>987,76</u>	<u>518,43</u>	<u>-</u>	<u>963.743,82</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	459.841,65	27.866,87			487.708,52
Equipamento básico	45.718,88	1.920,22			47.639,10
Equipamento administrativo	140.184,16	6.798,78	518,43		146.464,51
	<u>645.744,69</u>	<u>36.585,87</u>	<u>518,43</u>	<u>-</u>	<u>681.812,13</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2013 e 2012 foram as seguintes:

### Gastos com Depreciações

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	27.866,87	36.235,07
Equipamento básico	1.920,22	1.960,79
Equipamento administrativo	6.798,78	7.460,04
	<u>36.585,87</u>	<u>45.655,90</u>

### 6 – Propriedades de investimento

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos na nota 3.2.2. De acordo com o novo normativo contabilístico em 2012 foram reclassificados alguns itens, entre os quais o edifício da Rua do Loreto em Lisboa, totalmente arrendado e ajustadas as vidas úteis esperadas (dos edifícios e de grandes reparações).

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

#### Ativo Bruto

	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Aumentos e Reavaliações</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Edifícios e outras construções	354.723,19				354.723,19
	<u>354.723,19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>354.723,19</u>

#### Depreciações Acumuladas

	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Edifícios e outras construções	349.057,96	1.504,47			350.562,43
	<u>349.057,96</u>	<u>1.504,47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>350.562,43</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2013 e 2012 foram as seguintes:

### Gastos com Depreciações

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Edifícios e outras construções	1.504,47	1.625,67
	<u>1.504,47</u>	<u>1.625,67</u>

### 7 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.3.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

#### Ativo Bruto

	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Programas de computador	74.460,91				74.460,91
	<u>74.460,91</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.460,91</u>

#### Amortizações Acumuladas

	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Programas de computador	65.039,83	6.194,52			71.234,35
	<u>65.039,83</u>	<u>6.194,52</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.234,35</u>

E as amortizações escrituradas nos períodos de 2013 e 2012 foram as seguintes:

#### Gastos com Amortizações

	2013	2012
Activos Intangíveis		
Programas de computador	6.194,52	6.327,87
	<u>6.194,52</u>	<u>6.327,87</u>

#### 8 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “Os meus 50 anos no DN”, são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

#### Inventários

	Inventário em 31/12/2012	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	Inventário em 31/12/2013
Medalhas	7.725,79				7.725,79
Livros	11.296,61		112,53		11.184,08
	<u>19.022,40</u>	-	<u>112,53</u>	-	<u>18.909,87</u>
Custo das mercadorias vendidas					-

#### 9 – Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

#### Réditos

	2013	2012
Prestação de serviços	454.079,77	435.785,88
Quotizações e joias	245.067,60	219.914,75
Credenciais e Senhas de consulta	73.937,85	82.485,41
Fundos	135.074,32	132.474,32
Vendas	-	911,40
Outros rendimentos e ganhos	<u>92.267,60</u>	<u>102.018,88</u>
Rendas	73.592,75	78.341,50
Cedência de salas	15.047,06	15.153,36
Outros	3.627,79	8.524,02
Juros	<u>76.954,20</u>	<u>81.089,93</u>
Juros de depósitos	10.397,42	23.652,38
Juros de outras aplicações	<u>66.556,78</u>	<u>57.437,55</u>
	<u>623.301,57</u>	<u>618.894,69</u>

#### 10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de um passivo contingente.

Em Novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em

dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

#### Provisões Matemáticas

	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Constituição e reforço</b>	<b>Reversões e utilizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
Capital por Morte	166.367,83	7.957,15		174.324,98
	166.367,83	7.957,15	-	174.324,98

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

#### Fundo Permanente de Capital por Morte

	<b>Património Líquido</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>Grau de cobertura</b>
Capital por Morte	333.917,41	174.324,98	191,55%
	333.917,41	174.324,98	

#### 11 – Subsídios e outros apoios

Não foram recebidos quaisquer subsídios, no período em análise. Foram no entanto recebidos outros apoios conforme se segue:

#### Subsídios, doações e legados à exploração

	<b>Valor atribuído</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Doações	111,90	150,00
Benefícios prescritos		1.543,60
Consignação fiscal - IRS	18.942,55	28.012,91
	19.054,45	29.706,51

#### 12 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros encontram-se descritas na nota 3.2.6. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

##### 12.1 – Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentava os seguintes saldos:

#### Associados

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	1.581,00	2.225,80
De 4 a 12 meses	3.134,27	2.821,70
Mais de 12 meses	-	915,00
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	771,87	2.712,54
De 4 a 12 meses	1.133,67	893,06
Mais de 12 meses	832,85	408,91
	7.453,66	9.977,01



**Beneficiários**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Capital por morte		
Até 1 ano	-	2.400,00
De 2 a 5 anos	2.294,70	2.346,74
Mais de 5 anos	852,00	-
	<u>3.146,70</u>	<u>4.746,74</u>

**12.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos**

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a seguinte decomposição:

**Outras Contas a Receber**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores (saldos contrários)	2.636,88	
Adiant. e outras operações com o pessoal		799,61
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	32.683,04	40.135,50
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711.192,43	711.192,43
Outros	5.183,68	13.237,50
Fundos	<u>14.158.430,15</u>	<u>13.916.893,65</u>
	<u>14.910.126,18</u>	<u>14.682.258,69</u>

**Diferimentos**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	3.239,73	3.223,90
	<u>3.239,73</u>	<u>3.223,90</u>

**12.3 – Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontrava-se com os seguintes saldo:

**Caixa e Depósitos bancários**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa	1.400,00	1.400,00
Depósitos à ordem	152.711,02	35.632,94
Depósitos a prazo	331.000,00	530.000,00
	<u>485.111,02</u>	<u>567.032,94</u>

**12.4 – Fornecedores**

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

**Fornecedores**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores gerais	7.471,13	12.160,06
Médicos e Entidades convencionadas	8.044,01	26.306,37
	<u>15.515,14</u>	<u>38.466,43</u>

**12.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos**

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

#### Outras Contas a Pagar

	2013	2012
Corrente		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	23.493,14	28.664,63
Outros acréscimos de gastos	14.033,01	7.391,08
Outros Credores		
Fundos	-	-
	<u>37.526,15</u>	<u>36.055,71</u>

#### Diferimentos

	2013	2012
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	11.055,14	9.521,21
Adicional de Publicidade	711.192,57	711.192,57
Outros	-	-
	<u>722.247,71</u>	<u>720.713,78</u>

#### 13 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2013 foi de 8 pessoas (em 2012 foram 9). Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

#### Gastos com o Pessoal

	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Remunerações do pessoal	149.542,77	164.782,35
Encargos sobre Remunerações	31.918,16	34.826,30
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1.513,96	1.576,52
Outros gastos com Pessoal	17.134,89	16.646,45
	<u>200.109,78</u>	<u>217.831,62</u>

Não houve durante o ano de 2013 qualquer alteração à titularidade e composição dos Órgãos Associativos.

#### Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

#### 14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

O processo de execução fiscal instaurado em 2011 pela Segurança Social, por falta de pagamento de contribuições no valor de 309,33€, não teve qualquer desenvolvimento. Como foi efetuado o pagamento, a conselho dos advogados

para que não adviessem daí problemas com outras entidades públicas, o processo de dívida foi encerrado mas permanecem as reclamações com vista à sua devolução.

## 5 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 15.1 – Fundos Patrimoniais

#### Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2012	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2013
Fundos				
Capital por Morte	86.109,56		15.472,14	101.581,70
Cuidados de Saúde Primários	1.457.252,65	(490.772,50)	2.790,12	969.270,27
Solidariedade Associativa	40.633,94		8.316,65	48.950,59
Internamento Hospitalar	57.796,31		9.204,28	67.000,59
Reservas Legais	139.880,06		3.975,91	143.855,97
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	13.846.274,74	317.051,48		14.163.326,22
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	27.667,67	(63.037,61)		(35.369,94)
Fundo Norberto Lopes	38.287,24	(3.163,96)		35.123,28
Reserva Especial - Obras e Indem.	-	257.946,76		257.946,76
Resultados transitados	(578,35)			(578,35)
Excedentes de revalorização	90.795,23			90.795,23
Outras variações no capital próprio	62.324,80			62.324,80
Resultado líquido do exercício	39.759,10	24.573,16	(39.759,10)	24.573,16
	15.886.202,95	42.597,33	-	15.928.800,28

De acordo com o exposto na nota 3.2.7., na sequência da reunião do Conselho Geral da Casa da Imprensa de 19/11/2013, o Conselho de Administração decidiu a constituição de uma reserva especial, a destacar do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinada a financiar o pagamento das indemnizações da denúncia dos contratos de arrendamento do cinema e do 1º andar do prédio do Rua do Loreto e os custos comprovados e justificados das obras de reabilitação do prédio da Rua do Loreto e a requalificação do posto clínico até ao montante máximo dos títulos em carteira de Obrigações do Tesouro 2020, no valor nominal de 545 mil euros. O remanescente do valor resgatado, após o pagamento das referidas obras, manter-se-á no Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários. A reserva especial foi criada com o valor contabilístico dos referidos títulos – 490.772,50€, e quando for feita a sua liquidação a sua eventual mais ou menos valia será refletida nesta reserva. Durante o exercício de 2013 já foram consumidos 232.825,74€.

### 15.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

#### Investimentos Financeiros

	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2013
Obrigações do Tesouro	834.974,91		273.737,41	561.237,50
Obrigações diversas	110.494,16		51.090,00	59.404,16
Obrigações de Caixa	300.000,00	250.000,00		550.000,00
	1.245.469,07	250.000,00	324.827,41	1.170.641,66

De acordo com os critérios explicados na nota 3.2.4. a Entidade não reconhece nas suas demonstrações financeiras as menos valias potenciais. No entanto reconhece uma imparidade sempre que o valor de aquisição é superior ao valor nominal do título e faz a especialização dessa imparidade ao longo da maturidade do título, para que na data de vencimento a menos valia obtida já se encontre provisionada.

Assim, as perdas por imparidade são detalhadas conforme se segue:

#### Perdas por Imparidade

	Saldo em 31/12/2012	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2013
Obrigações do Tesouro	885,75		420,75	465,00
Obrigações diversas	382,51	707,49	1.090,00	-
	<u>1.268,26</u>	<u>707,49</u>	<u>1.510,75</u>	<u>465,00</u>

A Entidade divulga que o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento atingiu em 2013 o valor de 364,16 (11.902,76 em 2012), referente apenas ao título B.N.P. Paribas 777 – 2ª tranche (707,36 em 2012).

#### 15.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

#### Estado e Outros Entes Públicos

	2013	2012
<b>Saldos Devedores</b>		
Retenção imposto s/ rendimento		
IVA - A Recuperar		679,69
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Segurança Social	412,57	412,57
	<u>412,57</u>	<u>1.092,26</u>
<b>Saldos Credores</b>		
Retenção imposto s/ rendimento	2.635,00	2.652,26
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Segurança Social	3.258,74	3.539,11
	<u>5.893,74</u>	<u>6.191,37</u>

#### 15.4 – Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2013 e 2012, foi a seguinte:

#### Fornecimentos e Serviços Externos

	2013	2012
Trabalhos especializados	11.181,73	12.261,33
Publicidade e propaganda	-	276,91
Honorários	56.865,00	41.435,00
Conservação e reparação	12.100,88	9.251,71
Outros	10.293,47	9.417,62
Materiais	3.785,96	10.083,38
Energia e fluidos	10.149,10	9.870,86
Deslocações, estadas e transportes	3.950,80	5.094,16
Comunicação	7.442,19	10.282,67
Seguros	2.441,53	2.330,07
Contencioso e notariado	64,36	344,96
Despesas de representação	2280,86	5462,65
Limpeza, higiene e conforto	11467,26	12787,41
Outros serviços	7090,33	2941,03
	<u>139.113,47</u>	<u>131.839,76</u>

#### 15.5 – Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

### Outros gastos e perdas

	2013	2012
Impostos	791,24	1.248,87
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	3.200,00	3.200,00
Bolsas de Estudo	4.500,00	4.500,00
Internamento Hospitalar	40.457,82	35.933,78
Cuidados de Saúde Primários	170.141,42	157.222,36
Outros	6.519,63	8.056,10
	<u>225.610,11</u>	<u>210.161,11</u>

#### 15.6 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 14 de Março de 2014

#### **O Conselho de Administração**

*J. Goulart Machado (presidente)*

*Lurdes Ferreira (vice-presidente)*

*Carlos Lobato (vogal)*

*Margarida Gomes (vogal)*

*Sandro Arruda (vogal)*

#### **A Técnica Oficial de Contas**

*Luísa Pereira*

*(TOC 3301)*

E.

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

## 1. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

### CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

#### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 16.884.818 euros e um total de fundo de capital de 15.928.800 euros incluindo um resultado líquido de 24.573 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade de Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada à posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €  
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC nº 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt



## OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### ÊNFASES

- 9.1. Na sequência da inventariação física, valorização e reconciliação do imobilizado corpóreo efectuadas por empresa especializada em Janeiro de 2008, subsistem algumas situações que devem ser clarificadas, a fim de o processo ser finalizado e o suporte possa funcionar de forma eficaz como cadastro de imobilizado.
- 9.2. Pelo facto de alguns títulos terem sido adquiridos por um valor superior ao seu valor nominal, e o Conselho de Administração considerar que o título será detido até à sua maturidade, a Casa da Imprensa vem constituindo uma provisão pelo diferencial entre o valor pago e o valor nominal, de modo a que, na maturidade, exista convergência entre o montante a receber e o contabilizado.
- 9.3. Tendo em consideração o constante do número anterior, a Casa da Imprensa não vem efectuando provisão para as situações em que o valor de mercado do título se encontra inferior ao valor do investimento.
- 9.4. No presente exercício as reservas do Fundo Autónomo Subsídio Complementar apresentam-se negativas, evidenciando a insuficiência do fundo para assumir os seus compromissos futuros.

Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €  
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC nº 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt





## OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**9.5.** A dívida do IGFSS à Casa da Imprensa ascende a 711.192 euros, conforme confirmação externa obtida. O IGFSS regista os valores a pagar à Casa da Imprensa em contas extra patrimoniais na medida em que é um mero intermediário na recuperação desta dívida pela Casa da Imprensa. Esta dívida está associada a um antigo ónus de os jornais diários entregarem 1% das receitas de publicidade que obtivessem à Casa da Imprensa. O IGFSS efectuou no exercício de 2000 um adiantamento por conta do orçamento do O.S.S de cerca de 998 milhares de euros à Casa da Imprensa e veio ao longo dos últimos anos fazendo entregas de 60% sobre os valores liquidados na publicidade que vem fazendo nos jornais diários. Entretanto as entregas à Casa da Imprensa foram suspensas, sensivelmente desde o terceiro trimestre de 2008, por reservas levantadas pelo Tribunal de Contas com relação àqueles pagamentos por parte do IGFSS. Não obstante não existir evidência de risco de incobrabilidade associada aquela dívida, o seu recebimento é incerto no tempo.

No presente exercício o IGFSS iniciou um processo em tribunal com o objetivo de reaver o adiantamento efetuado no ano 2000, que foi posteriormente contestado pelo Tribunal de Contas, não em termos do seu direito por parte da Casa da Imprensa, mas relativamente aos trâmites seguidos quanto à sua atribuição.

LISBOA, 17 DE MARÇO DE 2014

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
*Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego*

Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €  
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC nº 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt

**F.**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## 1. PARECER

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício de 2013 da Casa da Imprensa – Associação Mutualista, apresentados pelo Conselho de Administração.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu às verificações que considerou adequadas e debateu com o CA todos os assuntos que ambos os órgãos entenderam oportunos.

O Conselho Fiscal analisou também o relatório da auditoria efetuada pelo revisor oficial de contas e a certificação legal de contas.

O Conselho Fiscal considera que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração reflete com objetividade a atividade desenvolvida pela associação no exercício de 2013 e que as demonstrações financeiras que o acompanham apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da Casa da Imprensa.

O Balanço e a Demonstração de Resultados são assinados pela técnica oficial de contas da Casa da Imprensa e validados por auditoria externa realizada pelo revisor oficial de contas, que emitiu a competente certificação.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, nomeadamente com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), sendo comparáveis aos do exercício anterior (2012).

Perante o exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao relatório de gestão e propõe à Assembleia Geral que o mesmo seja aprovado, tal como as demonstrações financeiras que o acompanham e a proposta de aplicação de resultados, que está em conformidade com as obrigações legais e estatutárias.

Lisboa, 31 de março de 2014

*Nuno Ribeiro* (Presidente)

*Helder Carvalho* Martins (Secretário)

*Inês Rapazote* (Relatora)



Casa da Imprensa  
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

**CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**  
**[www.casadaimprensa.pt](http://www.casadaimprensa.pt)**

**Sede:**

**R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa**  
**Telefs.: 21 342 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: [geral@casadaimprensa.pt](mailto:geral@casadaimprensa.pt)**  
**Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00**

**Delegação Porto:**

**R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto**  
**Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 12**  
**E-mail: [porto@casadaimprensa.pt](mailto:porto@casadaimprensa.pt) • [geral@casadaimprensa.pt](mailto:geral@casadaimprensa.pt)**  
**Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30**